



Concepções de estudantes 8º e 9º ano do ensino fundamental sobre a cidade ideal: articulações com a cidade real

Conceptions of 8th and 9th-grade elementary school students about the ideal city: connections with the actual city

Las concepciones de estudiantes de 8º e 9º grado sobre la ciudad ideal: articulaciones con la ciudad real

Alana Rigo Deon

Universidade Federal da Fronteira Sul
alanardeon@gmail.com

Helena Copetti Callai

Universidade Federal da Fronteira Sul
copetti.callai@gmail.com

Resumo: O que é uma cidade ideal? O que ela deveria ter? Essas foram as questões lançadas a estudantes do 8º e 9º ano de uma escola periférica do município de Erechim-RS. O objetivo deste estudo foi analisar quais compreensões os estudantes têm sobre uma cidade ideal. Para tanto, pedimos aos estudantes que desenhasssem e/ou escrevessem sobre o que idealizam em uma cidade. Ao total tivemos quatorze desenhos e escritas, que foram categorizados seguindo os critérios da análise semiótica (RODRIGUES, 2021) Emergiram três categorias: Natureza/Lazer, Consumo/Diversão, Cultura. A pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico e o método interpretativo que sustenta as análises pautou-se nos aportes da teoria crítica-hermenêutica. Os desenhos evidenciam que a idealização de cidade está atrelada às necessidades reais dos estudantes no bairro em que vivem, mas também, aos ideais de consumo, que, muitas vezes, se encontram distantes da sua realidade social.

Palavras-Chave: Erechim. Segregação socioespacial. Cidadania.

Abstract: What is an ideal city? What this city should have? These questions were asked to the 8th and 9th-grade students from a peripheral school in Erechim-RS. This study aimed to analyze the students' understanding of their ideal city. We asked the students to draw and/or write about what they idealize in a city to understand their perspectives. We collected fourteen drawings and writings in total, which were categorized based on the criteria of semiotic analysis (Rodrigues, 2021). Three categories emerged from them: nature/Leisure, Consumption/Fun, and Culture. The research is qualitative and uses a bibliographic approach. The interpretive method supporting the analysis was based on the principles of critical-hermeneutic theory. The drawings reveal that the students' idealization of a city is linked to their actual needs in their neighborhood and to ideals of consumption, which are often far from their social reality.

Keywords: Erechim. Sociospatial segregation. Citizenship.

Resumen: Qué es una ciudad ideal? ¿Qué debería tener? Estas fueron las preguntas planteadas a estudiantes de 8° y 9° grado de una escuela periférica del municipio de Erechim-RS. El objetivo de este estudio fue analizar las comprensiones que tienen los estudiantes sobre lo que sería una ciudad ideal. Para abordar estas preguntas, se les pidió a los estudiantes que dibujaran y/o escribieran sobre lo que idealizan en una ciudad. En total, se recopilaron catorce dibujos y escritos, los cuales fueron categorizados siguiendo los criterios del análisis semiótico (Rodrigues, 2021). Emergieron tres categorías: Naturaleza/Ocio, Consumo/Diversión, y Cultura. La investigación es de carácter cualitativo con enfoque bibliográfico, y el método interpretativo que sustenta los análisis se basó en los aportes de la teoría crítico-hermenéutica. Los dibujos evidencian que la idealización de la ciudad está vinculada tanto a las necesidades reales de los estudiantes en el barrio donde viven, como a los ideales de consumo, que muchas veces se encuentran distantes de su realidad social.

Palabras clave: Erechim; Segregación socio-espacial; Ciudadanía.

Introdução

A cidade constitui um conceito central na Geografia, não apenas como unidade espacial, mas como expressão das múltiplas relações sociais, culturais e econômicas que estruturam a vida em sociedade. Enquanto lócus da maioria da população mundial, a cidade é palco de experiências urbanas singulares, vividas em contextos desiguais, nos quais se expressam formas diversas de apropriação do espaço. Compreender a cidade, portanto, implica analisar criticamente suas contradições, especialmente quando observadas a partir dos sujeitos que a habitam cotidianamente em suas dimensões locais.

Pensar a cidade pelo viés do lugar exige reconhecer que o espaço urbano é produzido histórica e dialeticamente, por meio de processos que envolvem disputas de sentido, exclusões e pertencimentos. Como aponta Cavalcanti (2008), a produção do espaço urbano articula-se à vivência cotidiana dos sujeitos, mas também à lógica estrutural que define suas dinâmicas internas. A autora destaca três dimensões fundamentais nesse processo: a produção, relacionada às atividades sociais como lazer, trabalho e educação; a circulação, vinculada ao deslocamento de pessoas e objetos; e a moradia, compreendida como direito social, mas muitas vezes subordinada aos interesses do capital imobiliário e à lógica de planejamento urbano (CAVALCANTI, 1999; 2008).

Neste estudo, partimos do contexto de uma escola localizada no bairro Cristo Rei, região periférica do município de Erechim-RS, para investigar como estudantes do 8º e 9º anos compreendem o que seria uma cidade ideal. Esse recorte empírico permite articular dois planos analíticos: por um lado, a cidade real, vivida nos limites materiais e simbólicos do lugar; por outro, a cidade ideal, tal como é projetada pelos estudantes, a partir de seus desejos, necessidades e imaginários.

A investigação propõe-se, assim, a compreender quais concepções de cidade ideal emergem a partir das representações construídas por esses sujeitos, tendo em vista sua condição social e territorial. A hipótese que orienta o estudo é a de que tais representações expressam simultaneamente as carências materiais vivenciadas no cotidiano e

os ideais de cidadania e consumo mediados pela cultura midiática. Ao abordar essas concepções, a pesquisa ancora-se no campo no campo da educação geográfica, reconhecendo a potência formativa de práticas pedagógicas que partem da realidade vivida para promover a leitura crítica do espaço.

Metodologia

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, constitui um recorte do projeto de ensino intitulado *“O que eu vejo da minha cidade?”*, desenvolvido com estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental em uma escola pública localizada no bairro Cristo Rei, região periférica do município de Erechim/RS. O objetivo metodológico central desta etapa foi identificar e interpretar as representações de cidade ideal construídas pelos estudantes, a partir de suas vivências no espaço urbano real.

A proposta metodológica articula ensino e pesquisa, ancorando-se na perspectiva da educação geográfica crítica. Inicialmente, foi realizada uma sequência de oficinas pedagógicas com os estudantes, voltadas à construção e mediação dos conceitos de cidade, lugar, formas e funções urbanas. Para tanto, utilizaram-se recursos didáticos como vídeos, imagens comparativas do passado e do presente da cidade de Erechim/RS, mapas e discussões em grupo. As reflexões foram fundamentadas em Santos (2014), com destaque para as categorias “formas” e “funções” urbanas, bem como nos princípios da análise geográfica presentes na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018): localização, analogia, conexão, ordem e diferenciação.

Além da análise do processo de constituição urbana de Erechim, as oficinas incorporaram imagens de diferentes cidades do mundo que apresentam distintas funções (econômica, militar, religiosa, entre outras), com o intuito de ampliar a compreensão dos estudantes acerca da diversidade urbana, de seus processos históricos e das funções que as cidades desempenham na atualidade. Essa etapa buscou evidenciar como a paisagem urbana expressa desigualdades e segregações, tornando visíveis as condições precárias de infraestrutura, transporte e lazer que marcam o cotidiano dos estudantes no bairro onde vivem.

Ao final do processo, foi proposta uma atividade de sistematização, na qual os estudantes foram convidados a responder às seguintes questões: o que seria uma cidade ideal? O que ela deveria conter? Para isso, solicitou-se a elaboração de um desenho representando sua concepção de cidade ideal, utilizando folha A4 e lápis de escrever. Dos 42 estudantes matriculados, 14 produziram desenhos, o número reduzido em razão da ausência de parte da turma no dia da atividade e do caráter voluntário da participação.

A escolha metodológica pelos desenhos justifica-se por seu potencial expressivo como linguagem não verbal. Conforme Francastel (1987), os desenhos constituem representações simbólicas que revelam, ainda que de forma não discursiva, as relações sociais, culturais e históricas nas quais os sujeitos estão inseridos. Assim, foram adotados como fonte principal de análise das concepções dos estudantes.

Os desenhos produzidos foram digitalizados e analisados com base nos critérios da tríade semiótica proposta por Rodrigues (2021), composta por três etapas: (1) contemplação, que envolve uma observação sensível e aberta ao signo; (2) discriminação, em que se realiza a classificação das especificidades presentes nos registros; e (3) generalização, etapa na qual se identificam regularidades, recorrências e categorias emergentes. Esse processo permitiu a categorização das representações em três grandes eixos: Natureza e Lazer, Consumo e Diversão e Cultura.

As categorias foram definidas a partir da recorrência significativa dos elementos presentes nos desenhos e dos sentidos a eles atribuídos, sendo agrupadas por proximidade temática e interpretativa, conforme os princípios da etapa de generalização da análise semiótica. Foram consideradas, para fins analíticos, apenas aquelas que apresentaram frequência e densidade interpretativa suficientes para constituírem eixos consistentes de interpretação.

A análise foi conduzida sob os princípios da teoria crítica-hermenêutica (MARQUES, 1990), que orienta a articulação entre interpretação, compreensão e entendimento. A interpretação considerou os sentidos atribuídos pelos estudantes aos elementos representados; a compreensão integrou tais sentidos às referências culturais e geográficas mobilizadas; e o entendimento possibilitou a construção de inferências críticas acerca das relações entre cidade vivida e cidade idealizada.

Cumprir informar que a realização do projeto contou com a anuência da Secretaria Municipal de Educação, da direção da escola, e que os estudantes participaram de forma voluntária. Buscou-se assegurar o uso ético das produções realizadas, tendo como foco a intencionalidade pedagógica e formativa da atividade.

A estrutura do artigo reflete esse percurso metodológico: na primeira parte, discute-se a cidade real com base no contexto vivido pelos estudantes e em fontes locais sobre Erechim; na segunda, explora-se o conceito de cidade ideal, ancorado na noção de cidadania; e, na terceira, apresenta-se a análise dos desenhos produzidos, buscando compreender os sentidos atribuídos pelos estudantes à cidade ideal.

A cidade real e o processo de segregação socioespacial

A cidade real, ou seja, aquela vivida cotidianamente pelos sujeitos, manifesta-se em múltiplas formas de apropriação e experiência do espaço urbano, especialmente na escala do bairro, do entorno imediato, do lugar vivido. Cada local carrega as marcas históricas do processo de produção do espaço, refletindo a atuação de diferentes agentes sociais, econômicos e políticos, bem como as condições materiais e simbólicas das populações que o habitam. Compreender essa cidade real implica investigar as contradições e desigualdades inscritas em seu tecido urbano.

No caso de Erechim, município de porte médio localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, a história urbana está diretamente ligada à instalação da ferrovia Sudeste-Sul (1904), que propiciou a rápida expansão do núcleo urbano e justificou a elaboração de um plano urbano ainda em 1914. Erechim tornou-se, assim, a primeira cidade planejada do Rio Grande do Sul, com ruas em formato de xadrez e uma praça central oval, cujas avenidas diagonais conectam quadras de dimensões uniformes (CHIAPARINI et al., 2012). Esse traçado urbanístico, inspirado nos preceitos positivistas e em modelos de cidades como Paris e Washington, estruturou as bases da ocupação do território urbano.

Entretanto, o crescimento do perímetro urbano, aliado à intensificação das atividades comerciais e industriais, exigiu a criação de um novo plano urbano na década de 1980. Esse plano manteve o formato xadrez e passou a adotar o zoneamento como instrumento de organização da

cidade (ERECHIM, 2011). Com a valorização do solo urbano nas áreas centrais, decorrente da verticalização e da especulação imobiliária, a população de menor renda foi gradativamente deslocada para regiões periféricas, mais distantes e com menor infraestrutura, agravando os processos de segregação socioespacial.

Um episódio emblemático desse processo foi a realocação de moradores da área onde hoje se localiza o bairro Bela Vista para uma área mais afastada chamada de bairro Progresso, onde mais tarde foi desmembrada com a criação do bairro Cristo Rei. Esse deslocamento coincidiu com a finalização do traçado da BR-153, que passou a dividir a cidade entre áreas centrais planejadas e o chamado “Polígono Sul”, onde se concentram alguns dos bairros periféricos e com baixos índices socioeconômicos. A BR-153 não apenas fragmentou o espaço urbano, mas instituiu uma barreira física e simbólica que reforça a exclusão territorial dos moradores da periferia.

O mapa a seguir mostra a localização do bairro Cristo Rei, identificado pelo número 1, em articulação com o bairro Progresso. Baseia-se em dados do Censo Demográfico de 2000, sistematizados em 2010.

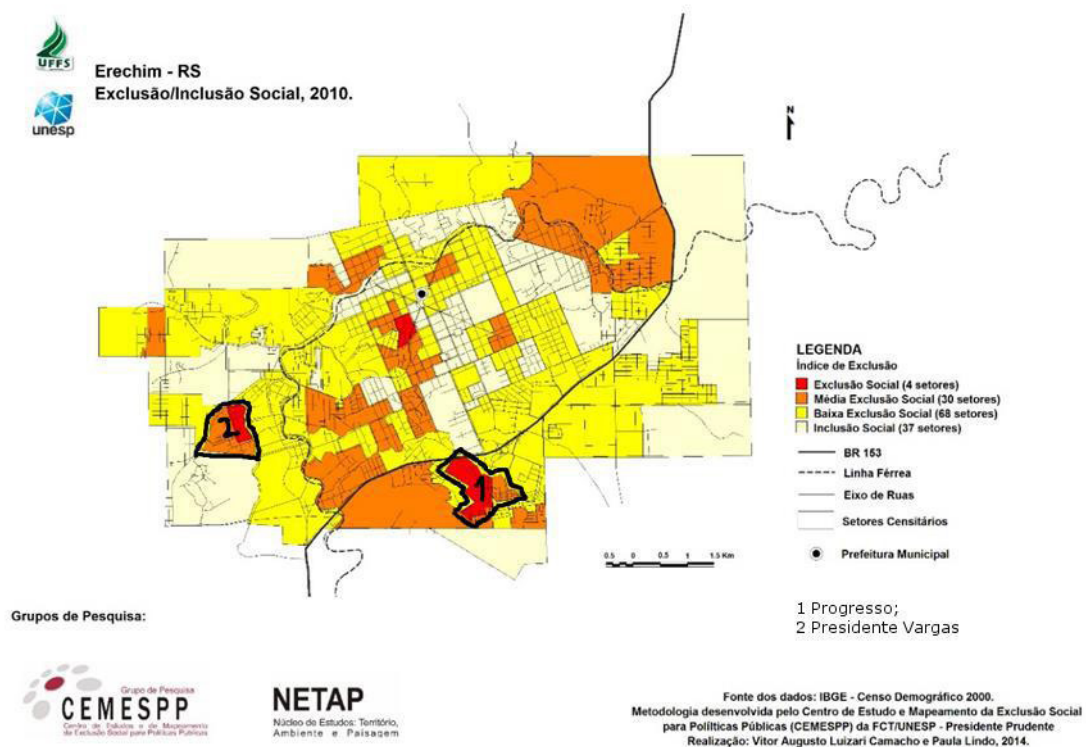


Figura 1: Erechim: exclusão/inclusão social 2010

Fonte: Camacho; Lindo (2014) apud Fagundes (2014)

O mapa de inclusão/exclusão social de Erechim evidencia a periferação do bairro Cristo Rei, onde se localiza a escola investigada neste estudo, sendo utilizado como indicador histórico-analítico das lógicas de produção do espaço urbano do município. Em especial, permite compreender os processos de segregação socioespacial e a constituição de áreas periféricas associadas a baixos indicadores socioeconômicos, padrão que, conforme apontam estudos mais recentes (KAISER, 2019; FURLAN; SPINELLI, 2022), mantém-se como tendência estruturante da organização urbana do município.

Tal tendência materializa-se nas condições concretas do bairro, caracterizado por baixos índices de renda per capita, alta densidade demográfica e deficiência de infraestrutura urbana (KAISER, 2019). As moradias, em sua maioria, situam-se em terrenos de declive ou em fundos de vale, frequentemente sem acesso adequado a saneamento básico e expostas à poluição do rio que atravessa a região (FURLAN; SPINELLI, 2022). Ademais, o bairro é recorrentemente mencionado em noticiários locais em razão de episódios de violência e tráfico de drogas.

Outro aspecto que agrava a exclusão é a dificuldade de mobilidade urbana. Embora a distância até o centro da cidade (Avenida Sete de Setembro) seja de apenas 4,2 km, o deslocamento por transporte público pode levar até 25 minutos, em razão do número reduzido de linhas e horários, especialmente aos fins de semana (KAISER, 2019). Esse tempo, aparentemente curto, se torna obstáculo quando conjugado à escassez de recursos financeiros e à precariedade do transporte coletivo. Assim, o acesso ao centro onde se concentram o comércio, os serviços, a saúde e o lazer é dificultado, não apenas geograficamente, mas também socialmente.

Esse processo revela como as dimensões de produção, circulação e moradia na cidade de Erechim, seguem uma lógica excludente, subordinada à racionalidade capitalista, conforme discutido por Cavalcanti (2008). A organização do espaço urbano delega às classes sociais distintos lugares, refletindo a posição que ocupam no processo de produção da cidade. Tal como define Villaça (1998, p. 142), a segregação socioespacial é “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjunto de bairros”.

Trata-se de uma cidade projetada para uma pequena parcela da população, mas vivida de modo desigual por muitos. A partir dessa leitura, emerge o papel fundamental da Geografia escolar como disciplina cabe proporcionar aos estudantes as ferramentas conceituais e metodológicas para analisar o espaço urbano em suas contradições. Isso implica formular perguntas como: Onde se localizam os diferentes grupos sociais na cidade? Por que se localizam ali? Quais são os agentes responsáveis por essa produção do espaço? De que forma a história urbana da cidade, aliada às decisões políticas e econômicas, construiu o presente?

Questionar a cidade real é o primeiro passo para reivindicar o direito à cidade, não apenas como espaço físico, mas como instância de cidadania. Como aponta Cavalcanti (1999; 2008), a cidadania “exercita o direito a ter direitos”, e a cidade é o local em que se torna possível ou não exercer esse direito. Morar, trabalhar, circular, produzir, todas essas dimensões estão em disputa e exigem conhecimento para serem transformadas.

Assim, refletir sobre a cidade real, especialmente a partir do olhar dos sujeitos que vivem nas margens do espaço urbano, constitui um exercício político e pedagógico. A Geografia, como ciência e como disciplina escolar, necessita desenvolver em seus espaços pedagógicos esse exercício, formando sujeitos capazes de compreender criticamente o espaço para construir uma cidade mais justa e acessível a todos.

A cidade ideal

Ao adentrarmos a discussão sobre a cidade ideal, partimos da premissa de que ela não deve ser concebida como uma utopia ou um horizonte inalcançável, mas sim a partir das necessidades concretas dos sujeitos que nela vivem. A cidade, portanto, é uma construção social que emerge do cotidiano e das carências experimentadas nos diferentes lugares que compõem o espaço urbano. Esse entendimento articula-se diretamente aos princípios da cidadania, concebida por Santos (2014, p. 19) como um direito que se instaura com o nascimento do sujeito: “o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos”. Tais prerrogativas incluem o direito à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, à justiça e à liberdade, constituindo a base de uma existência digna.

Contudo, para que tais direitos se efetivem, é necessário que sejam garantidos constitucionalmente e sejam continuamente reivindicados. A cidadania, como aponta Santos (2014, p. 20), precisa estar inscrita “no corpo das leis”, por meio de dispositivos que assegurem o direito de ser ouvido, protegido em caso de violação. Em sociedades marcadas pela desigualdade, a cidadania torna-se um campo de disputa, demandando constante atualização das leis e práticas institucionais para responder às novas configurações sociais e econômicas.

Nesse sentido, a efetivação da cidadania depende não apenas de sua base teórica, os direitos civis, políticos e sociais, mas de sua materialização em contextos históricos específicos. Surge, então, uma questão central: os habitantes da cidade real são, de fato, cidadãos? Suas necessidades básicas estão sendo atendidas? Sentem-se sujeitos de direito?

Dessa forma, o que distingue a cidade ideal da cidade real são as condições de acesso ofertadas a seus habitantes. Pensar uma cidade ideal implica escutar os sujeitos que vivem a cidade real e compreender suas demandas: moradia digna, saneamento básico, iluminação pública, transporte acessível, segurança, lazer, saúde, educação, acesso à cultura e aos serviços urbanos. Tais elementos não devem ser concebidos como privilégios, mas como direitos e que viabilizam a liberdade de circular e de pertencer à cidade.

Para que essa construção seja possível, é fundamental que as camadas frequentemente marginalizadas dos processos decisórios, tenham voz ativa nas deliberações políticas sobre o espaço urbano. A gestão da cidade precisa ser orientada por uma escuta atenta às periferias, conforme aponta Sampaio (1996, p. 58), exigindo um olhar que vá além de “visões imediatistas e universos de significação pré-concebidos”. A cidade ideal não se impõe de cima; ela se constrói por meio da participação cidadã, especialmente dos territórios mais vulneráveis.

Nesse horizonte, os direitos sociais, assumem papel estruturante, pois são eles que permitem mitigar os efeitos da desigualdade estrutural (CARVALHO, 2015). A cidade ideal, portanto, é aquela que garante esses direitos para todos os seus habitantes, possibilitando uma vida urbana mais justa e igualitária.

Entretanto, há uma tendência histórica de confusão entre cidadania e consumo. Como alertou Milton Santos (2014, p. 25), “em lugar do cidadão, formou-se um consumidor”. A lógica consumista, fomentada pela expansão do capitalismo e amplificada pelos meios de comunicação de massa, opera uma transformação simbólica que reduz o pertencimento urbano à capacidade dos sujeitos em consumir bens, serviços e espaços.

Nesse cenário, a mídia televisiva e, mais recentemente, as redes sociais digitais, desempenham papel central na produção de imaginários urbanos vinculados ao consumo. Como enfatiza Carvalho (2015, p. 226), essa estratégia visa desviar o olhar dos problemas estruturais, promovendo uma subjetividade marcada pela alienação política e pela adesão a estilos de vida centrados no consumo. A promessa de satisfação por meio da aquisição de bens substitui a luta por direitos coletivos, reforçando a dissociação entre cidadania e participação.

Assim, os problemas estruturais da cidade real, como a precariedade habitacional ou a ausência de transporte público de qualidade, segurança, entre outros, são mascarados por práticas de consumo que produzem uma falsa sensação de pertencimento e despolitização.

Santos (2007) propõe, portanto, uma revalorização do conceito de cidadania, ancorada em princípios de liberdade, igualdade e solidariedade. Essa concepção transcende o consumo e propõe uma cidadania ativa, capaz de construir uma cidade pelas pessoas e para as pessoas, independentemente de seu lugar social. Trata-se de retomar a dimensão política da cidade como espaço de convivência plural e de afirmação de direitos.

A cidade ideal, então, não é utopia abstrata, mas horizonte ético-político construído a partir das vozes silenciadas da cidade real. Para que ela se efetive, é necessário garantir o direito à cidade, tal como proposto por Lefebvre (2001) e apropriado pela Geografia crítica: o direito de habitar, de produzir, de circular e de decidir sobre o futuro do espaço urbano. Somente assim será possível formar sujeitos que não apenas desejem uma cidade melhor, mas lutem, conscientemente, por sua construção.

O que seria uma cidade ideal para estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental?

Nesta seção, buscamos compreender quais imagens de cidade ideal emergem das representações produzidas pelos estudantes. Os desenhos são tomados não apenas como ilustrações, mas como documentos visuais que carregam sentidos múltiplos e revelam, simbolicamente, modos de ver, viver e desejar o espaço urbano.

Ancorada na tríade semiótica de Rodrigues (2021): contemplação, discriminação e generalização, a análise interpretativa dos desenhos foi guiada pelos princípios da teoria crítica-hermenêutica (MARQUES, 1990), segundo os quais compreender é interpretar com base em uma rede de sentidos, historicamente produzida, mediada pelo mundo vivido. Assim, os desenhos dos estudantes não apenas mostram o que lhes falta, mas também expressam desejos, sonhos, idealizações, sentimentos; ou, ainda, mostram suas necessidades ou como se sentem em relação ao mundo.

Ao observar os traços, a espacialização dos elementos e os textos escritos que acompanham os desenhos, é possível identificar um conjunto de signos que se organizam em torno de três categorias: Natureza e Lazer, Consumo e Diversão, e Cultura. No entanto, essas categorias não são estanques, elas se entrelaçam, tensionam e revelam conflitos que configuram o imaginário urbano dos estudantes.

O quadro a seguir apresenta uma síntese com os principais elementos identificados nos desenhos dos estudantes, organizados por categoria, frequência de ocorrência e exemplos de signos representados e sentidos expressos reforçando, assim, a análise que será realizada posteriormente.

Quadro 1 – Síntese das categorias emergentes nos desenhos dos estudantes sobre a cidade ideal

Categoria	Frequência de Ocorrência	Exemplos de Signos Representados	Sentidos Expressos
Natureza e Lazer	Alta (10 dos 14 desenhos)	Praias, cachoeiras, árvores, parques, sol, caminhos verdes	Desejo por contato com a natureza, espaços abertos, tranquilidade e bem-estar

Consumo e Diversão	Média (6 dos 14 desenhos)	Starbucks, shopping, grandes lojas, espaços de lazer	Aspiração a pertencimento simbólico, inclusão via consumo, influência da cultura midiática
Cultura	Baixa (3 dos 14 desenhos)	Museu, Centro Cultural 25 de Julho, biblioteca	Valorização do acesso à arte, memória, conhecimento e pertencimento identitário

Fonte: As autoras (2025)

A seguir, apresentam-se as categorias emergentes, construídas a partir dos elementos recorrentes nos desenhos e dos sentidos a eles atribuídos pelos estudantes. A análise inicia-se pela categoria natureza e lazer, seguida de consumo e diversão e, por fim, cultura.

Natureza e Lazer

A categoria Natureza e Lazer foi a mais recorrente nos desenhos analisados, estando presente em 10 dos 14 trabalhos. Essa frequência já indica a centralidade da natureza como um elemento estruturante da cidade idealizada, associado a ideia de bem-estar urbano.

Nos desenhos, os estudantes representaram cachoeiras, rios, árvores, praias, áreas verdes com caminhos, bem como espaços de convivência como praças e parques. Esses elementos aparecem quase sempre associados à ideia de “tranquilidade”, “preservação” e “lugar bonito”. Mais do que beleza estética, os estudantes atribuem à natureza um valor afetivo e social, que remete a experiências desejadas, mas não plenamente vividas.

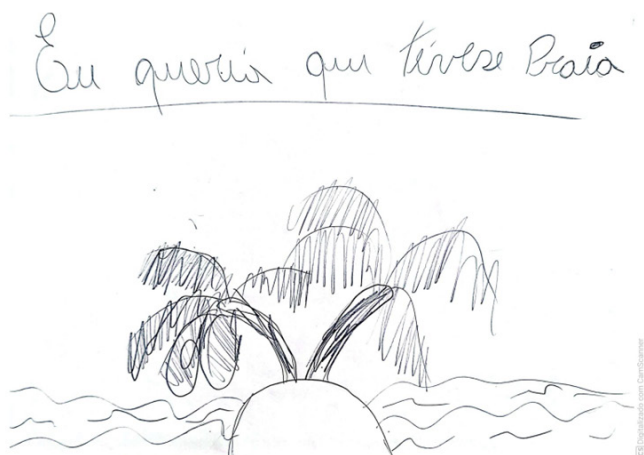


Figura 2: Eu queria que tivesse praia

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)

A figura 3 apresenta a representação de uma queda de água, que pode ser entendida pela escrita como "cataratas", e uma árvore, retratando a presença de vegetação.

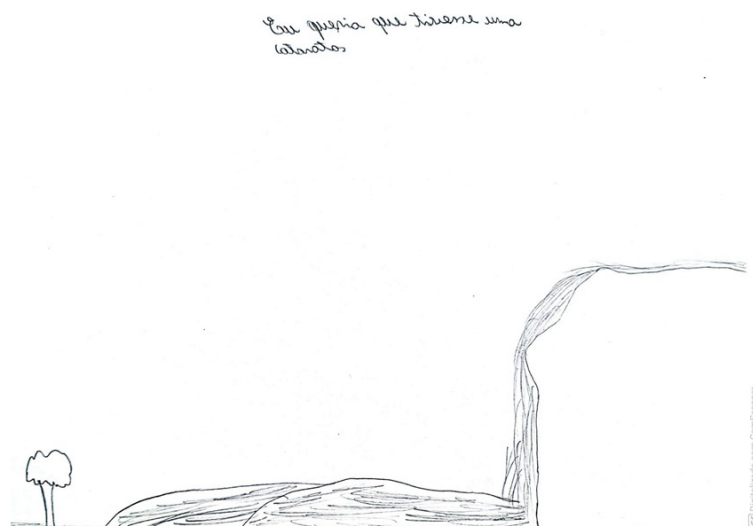


Figura 3: Eu queria que tivesse cataratas

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)

Tais representações revelam a percepção de que a cidade ideal precisa conter espaços livres, acessíveis, verdes e seguros, que possibilitem a segurança, o descanso, a brincadeira e o encontro. Essa valorização da natureza contrasta diretamente com a realidade do bairro em que vivem marcado pela precariedade ambiental, pela poluição do curso d'água local e pela ausência de áreas públicas de lazer, conforme apontado por Furlan e Spinelli (2022) e Kaiser (2019).

O desenho da praia com coqueiro (Figura 2) e o das cataratas (Figura 3) remetem não apenas à imaginação de um ideal de vida produzido pela mídia, mas à ideia de pertencimento a uma cidade desejável, que ofereça dignidade e bem-estar. Segundo Harvey (2012), o direito à cidade é também o direito a viver em um ambiente saudável, a ter acesso à paisagem como bem comum, e não como privilégio dos bairros centrais e elitizados.

Em especial, o desenho da “preservação da natureza” (Figura 4) introduz um elemento notável: a convivência entre formas urbanas verticalizadas (um prédio) e à natureza. O prédio, embora inexistente no bairro da pesquisa expressa uma utopia de equilíbrio entre urbanização e a paisagem natural. Ou seja, mostra a aspiração por uma cidade mais justa em que a natureza não é excluída do processo de urbanização.



Figura 4: Preservação da natureza

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)

A partir da análise hermenêutica é possível ver o tensionamento simbólico entre o que há e o que falta representações dos estudantes. Segundo Marques (1990), a interpretação do signo só é possível quando se considera o horizonte de experiências que o constitui e, nesse caso, os traços dos estudantes não apenas desenham o que gostariam de ver, mas denunciam as ausências concretas do mundo vivido.

Outro elemento relevante é a forma como a paisagem natural é representada com liberdade formal, traços abertos e poucas delimitações rígidas. Isso pode ser lido como uma contraposição à concepção de cidade planejada, especialmente no caso de Erechim, cujo traçado cartesiano positivista pouco dialoga com as formas naturais e com a organicidade dos bairros periféricos. A natureza, nos desenhos, aparece como contraponto à tecnicidade da racionalidade urbana do planejamento urbano, como espaço de acolhimento e de pertencimento.

Sob a ótica da educação geográfica, essa categoria revela um potencial pedagógico importante: os estudantes demonstram sensibilidade para ler a paisagem com base em suas ausências e, portanto, projetam aquilo que falta. Essa capacidade de leitura simbólica e crítica do espaço deve ser mobilizada como conteúdo da Geografia escolar: não basta que os estudantes aprendam o que é uma área verde é preciso que entendam por que elas estão ausentes onde vivem.

Consumo e Diversão

Os elementos desta categoria — Starbucks, shopping, praia — são signos culturalmente potentes. O desenho da cafeteria, marca global, expressa um desejo de consumo de forma a evidenciar a inclusão e reconhecimento social. Como propõe Bourdieu (2003), o capital simbólico está em disputa, e os estudantes percebem nesses espaços não apenas consumo, mas legitimidade social. Esses signos são expressão de um desejo, não apenas de consumir, mas de ser reconhecido como sujeito urbano legítimo, capaz de circular em espaços “centrais”, “seguros” e desejáveis.



Figura 5: Starbucks e shopping

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)



Figura 6: Eu queria que tivesse uma praia

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)

Contudo, essa valorização do consumo como estratégia de pertencimento escancara a contradição já apontada por Milton Santos (2014): a substituição do cidadão pelo consumidor. Quando o acesso ao espaço

urbano se subordina à lógica do consumo, a cidadania é despolitizada e transformada em mercadoria, acessível apenas àqueles que podem pagar para ver e ser vistos.

Nesses termos, a cidade ideal se transforma em um local de consumo, onde a presença de cafés, shopping centers e marcas globais representa o acesso ao conforto e ao *status*. Essa idealização, no entanto, evidencia o efeito perverso da urbanização desigual: os estudantes, privados de infraestrutura básica, projetam uma cidade onde o pertencimento se dá, não pelo direito, mas pelo acesso a bens de consumo.

Do ponto de vista da educação geográfica, essa categoria revela um campo de trabalho pedagógico potente. A partir dos desenhos, é possível problematizar a produção social do espaço urbano, discutir o papel da mídia na construção dos imaginários de cidade, e refletir criticamente sobre os sentidos da cidadania. O ensino de Geografia, nesse caso, deve atuar como ferramenta de leitura simbólica e de emancipação da consciência espacial, resgatando o sentido político do urbano como campo de disputas, e não como vitrine de consumo.

Como propõe Harvey (2012), o direito à cidade não se esgota no usufruto dos bens urbanos, mas pressupõe a participação ativa dos sujeitos em sua produção e transformação. Assim, compreender por que os estudantes idealizam uma cidade de consumo é o primeiro passo para ajudá-los a elaborar outras possibilidades de cidade mais justas, inclusivas e plurais.

Cultura

A representação de museus e centros culturais demonstra que, mesmo diante de precariedades materiais, os estudantes reconhecem a importância da cultura. Os museus aparecem como locais de pertencimento e memória, ainda que percebidos como distantes de sua realidade social.

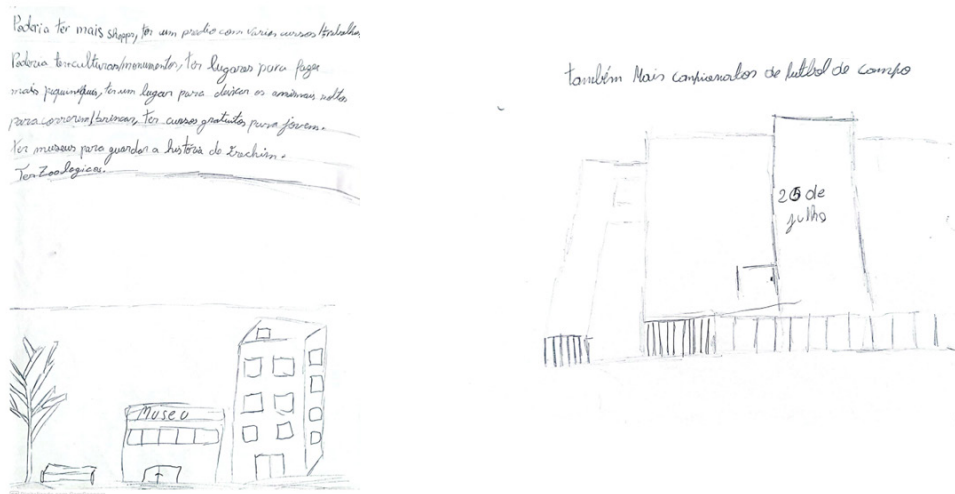


Figura 7: Museu e Centro Cultural 25 de julho

Fonte: Estudante Escola Cristo Rei (2024)

A categoria Cultura, embora menos frequente nos desenhos, possui uma potência formativa expressiva. Museus, centros culturais e bibliotecas foram representados como espaços desejados, mesmo em contextos nos quais esses estudantes talvez nunca tenham tido acesso direto a tais instituições. Isso indica que a cultura é concebida como um local de pertencimento, memória coletiva e afirmação de identidades.

No âmbito desta última, destaca-se a representação do “Centro Cultural 25 de Julho”, único centro cultural de Erechim, localizado na área central da cidade, o que evidencia sua inserção privilegiada na dinâmica urbana e no acesso aos bens simbólicos. Trata-se de um espaço que concentra apresentações artísticas, espetáculos, formaturas e atividades comunitárias, configurando-se como referência cultural no município. Ao mesmo tempo, sua localização central tensiona a condição dos estudantes oriundos de áreas periféricas, para os quais o acesso a esses espaços nem sempre se dá de forma equitativa. Assim, em um cenário em que a periferia urbana é frequentemente marginalizada, os estudantes reivindicam, por meio do desenho, o direito de serem vistos, lembrados e valorizados enquanto sujeitos sociais.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender as concepções de estudantes do 8º e 9º ano do ensino fundamental sobre o que seria uma cidade ideal, a partir da análise de desenhos produzidos em um contexto educativo situado na periferia urbana de Erechim-RS. O exercício interpretativo, ancorado nos princípios da teoria crítica-hermenêutica, evidenciou como os signos expressos nos desenhos articulam experiências vividas, idealizações subjetivas e referências socioculturais forjadas no cotidiano e nas mediações com a cidade real.

A cidade ideal, conforme representada pelos estudantes, não corresponde ao território que habitam ao contrário, ela emerge como contraponto às ausências, precariedades e exclusões que marcam sua experiência concreta no bairro. Os elementos representados natureza preservada, espaços de lazer, centros culturais, instituições educativas, locais de consumo e diversão expressam demandas por dignidade, pertencimento e direitos básicos, que são frequentemente negados no contexto periférico em que vivem.

Tais compreensões revelam que a cidade ideal não é apenas uma projeção utópica, mas uma denúncia das desigualdades vivenciadas e uma afirmação do direito à cidade. A análise mostrou, ainda, como as representações simbólicas dos estudantes são atravessadas por um duplo movimento: de um lado, o desejo de acesso aos bens materiais e culturais vinculados à cidadania; de outro, a influência do imaginário midiático e consumista, que tende a associar cidadania à posse e ao consumo, como já advertia Milton Santos.

A segregação socioespacial processo historicamente constituído em Erechim e visivelmente materializado no bairro Cristo Rei reforça o sentimento de marginalização e exclusão, como se os estudantes não pertencessem plenamente à cidade. Estar “além da BR 153” torna-se, aqui, mais que uma localização física: é uma metáfora da distância social e simbólica que os separa das centralidades urbanas, das políticas públicas e das oportunidades.

Nesse contexto, o ensino de Geografia assume papel fundamental ao promover uma escuta pedagógica sensível às experiências dos sujeitos, articulando o vivido com o conhecimento geográfico e os princípios

de cidadania. Ao possibilitar que os estudantes reflitam criticamente sobre sua cidade e projetem outra possível, contribui-se para a formação de sujeitos que não apenas habitam, mas pensam, reivindicam e (re) constroem o espaço urbano.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC; Consed; Undime, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: jan. 2025.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAVALCANTI, L. S. *Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campinas: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, L. S. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar. *Revista Geosp*, São Paulo, n. 5, p. 41–55, 1999.

CHIAPARINI, E. J. et al. *Erechim: retratos do passado, memória no presente*. Erechim: Graffoluz, 2012.

DEON, A. R; CALLAI, H. C. A educação escolar e a geografia como possibilidades de formação para a cidadania. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 33, n. 104, p. 264–290, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2018.104.264-290>. Acesso em: dez. 2024.

ERECHIM. *Plano Diretor de Arborização Urbana do Município de Erechim, RS*. Erechim: Prefeitura Municipal, 2011.
Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/uploads/paginas/19b1809e977a87a98ec84490309c173e.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

FAGUNDES, I. *É possível falar em segregação socioespacial em Erechim?* 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2014. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/138/1/FAGUNDES.pdf>. Acesso em: out. 2024.

FRANCASTEL, P. *Imagem, visão e imaginação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FURLAN, A. R.; SPINELLI, J. Erechim, cidade planejada para quem? In: KOZENIESKI, E. M. (org.). *Trabalho de campo: contribuições do curso de Geografia - Licenciatura da UFFS ao ensino e à pesquisa*. Chapecó: Ed. UFFS, 2022. p. 253–292.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73–89, 2012. DOI: <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: jan. 2025.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KAISER, W. *A rua: requalificação urbana através do urbanismo tático: bairros Progresso e Cristo Rei, Erechim – RS*. Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/5213>. Acesso em: out. 2024.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, M. O. *Pedagogia: a ciência do educador*. Ijuí: Editora Unijuí, 1990.

RODRIGUES, L. P. A tríade semiótica. *Discursividade*, Goiânia, v. 8, 2021.

SAMPAIO, A. H. L. Cidade ideal, imaginação e realidade. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, p. 54–65, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1356>. Acesso em: out. 2024.

SANTOS, B. S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1998.

Nota: Este trabalho contou com apoio pontual de ferramentas de inteligência artificial para revisão linguística, organização textual, sem interferência na elaboração teórica, analítica e interpretativa do conteúdo.

A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O projeto também foi contemplado pela Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura no município de Erechim (RS), conforme Termo de Execução Cultural nº 537/2023.

Alana Rigo Deon

Pós-doutoranda Jr pelo CNPQ no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFFS. Pós doutora em Educação nas Ciências (2022-2023). Doutora (2017-2021) e Mestra (2015-2016) em Educação nas Ciências pela Unijuí -RS. Licenciada em Geografia e Pedagogia. Integrante do Grupo de Pesquisa EMGEOCS. Integrante do Grupo de Pesquisa GEPET (UFFS).
Rua André Sadovski, 151, Cep: 99701-304, Erechim (RS).
E-mail: alanardeon@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5930-6368>

Helena Copetti Callai

Professora aposentada na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora colaboradora no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul. Bolsista Produtividade em Pesquisa nível 1D CNPQ.
Avenida Pindorama, 103, Cep: 98700-000, Ijuí (RS).
E-mail: copetti.callai@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8043-659X>.

Recebido para publicação em junho de 2025.
Aprovado para publicação em fevereiro de 2026.